

## **A interface comunicação/educação e o papel da escola na formação de cidadãos: notas sobre biopolítica<sup>1</sup>**

Sabrina C. GENERALI<sup>2</sup>

Egle M. SPINELLI<sup>3</sup>

Tânia M. C. HOFF<sup>4</sup>

Isabela A. PORTAS<sup>5</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

### **RESUMO**

A pandemia da covid-19 levou professores e estudantes, de parte das escolas do Brasil, à adoção de tecnologias digitais. Nosso objetivo, diante da diversidade, da desigualdade e do tamanho do Brasil, é refletir sobre o aumento do consumo midiático imposto pela pandemia à comunidade escolar, considerando alguns aspectos biopolíticos envolvidos na interface comunicação/educação e o importante papel dessas agências na formação de cidadãos. Para tanto, analisaremos falas de professores de diversas disciplinas dos ensinos Fundamental e Médio e de coordenadores pedagógicos de escolas particulares da cidade de São Paulo, coletadas a partir de grupos focais e duas *surveys* realizadas em 2019 e 2020, no âmbito das atividades da Cátedra Maria Aparecida Baccega em comunicação, educação e consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Educação; Consumo midiático; Biopolítica; Professores.

### **Introdução**

A pandemia do novo coronavírus provocou mudanças em toda a sociedade. No contexto da educação, professores e estudantes tiveram de se adaptar à nova situação, o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM ESPM), bolsista CAPES - PROSUP. Integrante da Cátedra Maria Aparecida Baccega e do Grupo de Pesquisa Deslocar - interculturalidade, cidadania, comunicação e consumo. E-mail: [sabrinagenerali@gmail.com](mailto:sabrinagenerali@gmail.com)

<sup>3</sup> Docente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) do curso de Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM). Vice-coordenadora da Cátedra Maria Aparecida Baccega e líder do grupo de pesquisa Comunicação, Literacias Digitais e Consumo (DIGICOM). E-mail: [egle.spinelli@espm.br](mailto:egle.spinelli@espm.br)

<sup>4</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas do consumo (PPGCOM -ESPM). Coordenadora da Cátedra Maria Aparecida Baccega e líder do do Grupo de Pesquisa, certificado pelo CNPq, Comunicação, Discursos e Biopolíticas do consumo (BIOCON). E-mail: [thoff@espm.br](mailto:thoff@espm.br)

<sup>5</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM ESPM), bolsista CAPES - PROSUP. Integrante da Cátedra Maria Aparecida Baccega e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Literacias Digitais e Consumo (DIGICOM). E-mail: [isabelafonso1109@gmail.com](mailto:isabelafonso1109@gmail.com)

---

que implicou, para uma parte das escolas brasileiras, aulas online e aumento do consumo midiático. Inseridos no contexto de crise sanitária, escolas, educadores, estudantes e suas famílias foram forçados à adoção de tecnologias digitais, ao uso das redes e a uma grande variedade de mídias, plataformas e aplicativos para o desenvolvimento das aulas. Os impactos decorrentes das decisões tomadas quanto ao uso de determinadas plataformas, da necessidade de permanente conectividade, da circulação de nossos dados entre instituições cuja procedência desconhecemos ainda não foram devidamente analisados. No contexto da comunicação digital no qual estamos inseridos, torna-se urgente investigarmos as transformações no consumo midiático.

Neste artigo, vamos nos ater ao seu impacto nas escolas, notadamente o aumento do consumo midiático nesses espaços e suas implicações para/na formação dos estudantes enquanto cidadãos. Nosso objetivo, diante da diversidade, da desigualdade e do tamanho do Brasil, não é uma resposta assertiva do que fazer, mas refletir sobre caminhos que estão sendo traçados nesses tempos em que vemos se desenvolver e crescer o biocapitalismo (NEGRI, 2015). Assim, refletiremos acerca do aumento do consumo midiático imposto pela pandemia à comunidade escolar, considerando alguns aspectos biopolíticos envolvidos na interface comunicação/educação e o importante papel dessas agências na formação de cidadãos.

Para tanto, analisamos falas de professores<sup>6</sup> de diversas disciplinas dos ensinos Fundamental e Médio e de coordenadores pedagógicos de escolas particulares da cidade de São Paulo, coletadas a partir de dois grupos focais e duas *surveys* realizadas em 2019 e 2020 no âmbito das atividades desenvolvidas pela Cátedra Maria Aparecida Baccega.

Delimitamos nosso olhar aos que estão conectados – educadores e estudantes. Entretanto, vale destacar que as populações desconectadas também são diretamente impactadas pelas tecnologias e meios de comunicação, nesse caso, não diretamente pelo seu uso, mas pela exclusão propiciada pela falta de acesso (imagem 1), o que amplia sua vulnerabilidade.

Os incluídos são os que estão conectados; os outros são os excluídos, os que veem rompidos seus vínculos ao ficar sem trabalho, sem casa, sem conexão. Estar marginalizado é estar desconectado ou “desfiliado”, segundo a expressão de Robert Castel. No “mundo de conexões” parece diluir-se a condição de explorado, que antes se definia no âmbito do trabalho. [...] Agora, o mundo apresenta-se dividido entre os que têm

---

<sup>6</sup> A identificação nominal dos professores e coordenadores não foi mencionada no artigo para manter o anonimato e privacidade dos respondentes. Dessa maneira, os nomes citados são fictícios.

domicílio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e dinheiro, e, por outro lado, os que carecem de tais conexões (GARCÍA CANCLINI, 2005, p. 92).

Imagem 1: Charge sobre a necessidade de dispositivos, aplicativos e conectividade para acesso a serviços e assistência pública durante a pandemia



Fonte: <https://geovest.wordpress.com/2021/04/21/4816>. Acesso em 02 jun. 2021.

Mesmo com a desconexão apontada por García Canclini, até as populações mais vulneráveis estão suscetíveis aos impactos provocados pela circulação de seus dados em redes e sistemas digitais. Muitos dos desconectados têm CPF, carteira de trabalho, filhos matriculados na escola, tomaram vacina pelo Sistema Único de Saúde (SUS), passaram por um posto de triagem em uma fronteira, solicitaram auxílio desemprego ou emergencial. Sem a possibilidade de estar em desacordo com qualquer que seja a política de uso de seus dados, estão submetidos a essa “forma de poder que rege e regulamenta a vida social desde dentro, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e a reformulando” (PELBART, p. 5, grifo do autor), a biopolítica.

### **Alguns aspectos da biopolítica na escola**

Negri concebe o biocapitalismo como um capitalismo que exerce “não só uma função de controle da sociedade, mas também entrava no corpo da vida” (2015, p. 60). Assim, o biocapitalismo explora a bios, “mas não só como força de trabalho e sim forma viva, não só como máquina de produção, e sim como corpo comum da sociedade” (2015,

---

p. 60-61). Deste modo, Negri denuncia uma transformação significativa no capitalismo – que envolve a passagem do trabalho material para o imaterial –, ou seja, a quantificação da vida conformando um capitalismo financeiro. Trata-se de um biocapitalismo, que “investe a vida” (2015, p.60) do sujeito individual, quantificando-a e valorizando-a como capital. A quantificação da vida se correlaciona à extração, análise e monitoramento de dados, uma nova forma de capitalismo de informação, conceituada como Big Data, que prevê e modifica o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado (SHOSHANA, 2018).

Sobre as escolas conectadas que mencionamos, pensemos nas aulas via Zoom, Teams e Google Meet; nos aplicativos de leitura, como *Árvore*, *Elefante Letrado* e *Epic* ou de atividades, como *Matific* e *Khan Academy*; nas redes sociais e aplicativos de mensagem utilizados para se comunicar com as famílias e até enviar conteúdo, dentre tantos outros recursos que demandam um e-mail, um nome, uma data de nascimento de educadores, estudantes e de seus pais. A pandemia fez com que as redes públicas e privadas de ensino se tornassem um enorme mercado: desde a aquisição de recursos digitais até a coleta de dados de docentes e estudantes que participam ativamente do processo de dataficação. As plataformas educacionais alteram as lógicas dos processos de aprendizagem para as lógicas fundamentadas em dados e retratam o que Van Dijck e Poell (2018) denominaram como dataficação na educação: as atividades pedagógicas são modeladas por uma arquitetura tecnológica sistematizada que monitora e rastreia dados personalizados para acompanhar progressos individuais e padronizar desempenho, gerando um mecanismo conectivo de dados que domina todo o ecossistema educacional.

As escolas vêm se configurando como grandes máquinas geradoras e circuladoras de dados, além de promoverem uma enorme exposição das imagens e vozes de professoras e professores, que extrapolam as aulas síncronas via videoconferência para contribuir também com uma carga de atividades assíncronas em plataformas digitais diversas, canais de televisão e rádio utilizadas para impactar estudantes que não conseguem acompanhar as aulas em horários específicos pela falta de um dispositivo para acesso, ou que não disponham de conexão à internet (COSTIN, 2020). As escolas também se configuram como máquinas geradoras de dados que promovem tipologias de mercados financeiros especializados na mercantilização dos direitos de propriedade intelectual, por exemplo, sem mencionar a captação de dados/informações sobre o comportamento midiático de professores e alunos da rede.

Nesse cenário, chama-nos a atenção o papel da escola enquanto “agência de socialização” (BACCEGA, 2009b) formadora de cidadãos, ou seja, espaços de interação social que têm o potencial de apoiar a formação crítica dos sujeitos e de “pavimentar as mudanças sociais no sentido da construção da efetiva cidadania” (ibidem, p. 20). Com o abrupto fechamento anunciado em março de 2020, as instituições tiveram de se reinventar rapidamente para se manter em contato com seus estudantes e gerar conteúdos educativos mesmo a distância. Certamente, a anonimização de estudantes ao criar logins sem identificação de nome ou número de matrícula foi uma questão considerada pelas escolas. Talvez, algumas IES armazenem vídeos e fotos das crianças e ambientes entendidos como bastante seguros, porém quantas estão desenvolvendo, em suas aulas e explorando em seus projetos pedagógicos, os impactos do consumo digital compulsório de forma reflexiva e crítica? Quantas estão atentas ao fato de que o cenário de conexão e de desconexão atual estão relacionados a um “jogo de poder” (PAIVA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020, p. 837) que transcende a própria escola e penetra nas vidas de cada sujeito/usuário? A manutenção do uso das redes, plataformas e mídias a partir de uma experiência crítica deve fazer parte do papel da escola neste momento, entendendo-a como uma agência, ou instituição social, que atua constantemente na interface comunicação/educação, um “lugar privilegiado de ressignificação para ratificação, retificação, manutenção, reforma ou revolução” (BACCEGA, 2009a, p. 38).

No contexto da educação brasileira, é interessante confrontar aspectos do cenário atual com outro, vivido há pouco menos de uma década, a partir das ponderações de Sibilia (2012, posição 104), que considerava a escola como “uma máquina antiquada”, a qual continuava em uso e em funcionamento mesmo inadequada às situações impostas pela contemporaneidade. A autora apontava “um desajuste coletivo entre os colégios e seus alunos” (SIBILIA, 2021, posição 110) e argumentava que a “cultura do audiovisual” levou as escolas a lançar tentativas de “fundir de algum modo os dois universos: o escolar e o midiático” (SIBILIA, 2021, posição 122).

Entre 2020 e 2021, forçadas pelo fechamento físico e a necessidade de estabelecer modalidades de ensino remoto e/ou híbrido, vemos que tal fusão foi, em parte, concretizada, pois cada instituição, com diferentes níveis de destreza e amplitude, fez implementação e gestão das soluções adotadas. Entretanto, não podemos dizer que deixaram de ser antiquadas. Menos obsoletas, talvez, se considerarmos o modelo exposto por Castells (2015), de uma escola “sem internet, sem interatividade. [...] O professor

chega e explica”. Deste modo, a escola se mantém inadequada se pensarmos que muitos dos recursos tecnológicos mencionados são incorporados sem o devido olhar crítico e que eles propiciam “mudanças tão profundas que vêm afetando os corpos e as subjetividades” (SIBILIA, 2012, location 140), uma vez que estamos falando sobre formas de ver, estar e integrar o mundo, que se refletem e refratam “em um panóptico eletrônico para o mercado”<sup>7</sup> (GARCÍA CANCLINI, 2020, p. 81).

Deste modo, as reflexões sobre biopolítica na escola. Apesar de possíveis descompassos que envolvem tecnologia e aparatos comunicacionais, bem como as formas de uso da tecnologia em ambiente escolar, ainda assim a escola é instância privilegiada em podemos observar aspectos da biopolítica, notadamente do biocapitalismo, conforme Negri (2015). Deste modo, o uso de dispositivos eletrônicos pode tanto promover autonomia quanto as condições necessárias para a coleta de dados e a sofisticação dos modos de subjetivação. Inadequada ou não, a escola é agência relevante na biopolítica contemporânea. Abordemos a seguir a fala dos professores, envolvendo o uso, os cuidados e os perigos implicados no consumo midiático.

### **Problematizando o uso de dispositivos eletrônicos e mídias na escola**

Nos grupos focais realizados em 2019 no âmbito das atividades da Cátedra Maria Aparecida Baccega em comunicação, educação e consumo, antes da pandemia – e, portanto, com escolas realizando suas aulas de maneira exclusivamente presenciais – os participantes já sinalizavam um amplo consumo de conteúdos digitais.

Os professores relatam que, além do consumo pessoal, utilizam a mídia com finalidade pedagógica, visando preparação e elaboração de material para as aulas que ministram. Para trabalhar com material atualizado em sala de aula, pesquisam em meios impressos, mas privilegiam a pesquisa no ambiente digital, como sites, revistas e jornais digitais, tanto de veículos de comunicação tradicional como de instituições públicas e privadas, na busca por material diversificado para diferenciar fatos de opiniões. O acesso é feito por meio de computadores, *tablets* e, principalmente, celulares, considerando que grande parte do consumo de mídia pelos alunos é feita pelo *smartphone* (HOFF; SPINELLI; GENERALI, 2019a, p. 4).

---

<sup>7</sup> Tradução livre de: “en un panóptico electrónico para el mercado”.

---

Apesar de também apontarem ser usuários de redes sociais e entenderem ser necessário levar as experiências digitais de consumo de seus estudantes para dentro da sala de aula, em busca de atenção e engajamento quanto aos conteúdos trabalhados, “manifestam resistência para desenvolver material audiovisual como complemento às aulas presenciais” (HOFF; SPINELLI; GENERALI, 2019a, p. 5).

Em 2020<sup>8</sup>, este cenário foi drasticamente modificado. A educadora Joana, que informou não estar atuando em sala de aula, mas trabalhando em uma escola da rede particular com Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e Tecnologias Educacionais (TEs), relatou um pouco da realidade que as instituições de Ensino Básico tiveram de adotar:

Os meus dias são diante de uma tela de computador, o dia inteiro. [...] Eu estou consumindo de todos os lados: eu tenho um iPad só para responder famílias, eu tenho um celular para entrar no WhatsApp, assim como um computador para me comunicar com professores, coordenadores e diretores; o Zoom o tempo inteiro para fazer reunião, para fazer treinamento com os professores, às vezes até com famílias que não conseguem ter acesso ou que têm algum problema. Então, internet o tempo inteiro. Agora, nesse final de ano, melhorou um pouquinho o ritmo. Como o Sérgio já tinha falado, as rotinas estavam insanas: sábado e domingo trabalhando até duas da manhã e acordando seis horas da manhã também. E o consumo de todo o tipo de mídia: notícias o tempo inteiro, vídeos o tempo inteiro, pesquisas, muitos grupos de WhatsApp com colegas de outras escolas que têm o mesmo tipo de função que a minha, [...] muitos cursos *on-line*. [...] A gente fica, inclusive, numa angústia absurda, porque você quer dar conta de todas as coisas bacanas que estão acontecendo, todas as necessidades que você vai sentindo para você melhorar sua prática. Sim, uma angústia tremenda. Você fica sempre em estado de alerta, você não sabe muito bem o que vai acontecer, você sempre fica na expectativa e tenta consumir o máximo possível do que vem nas mídias (Informação verbal)<sup>9</sup>.

Nessas circunstâncias, faz-se necessário refletir que, além de estarem resignados a cada um dos recursos relatados pela educadora, ainda é preciso considerar que os dispositivos da escola – no caso de equipamentos cedidos aos profissionais e aos estudantes pela instituição – podem estar interconectados em um servidor, conectados a partir de uma internet limitada a uma determinada banda, com recursos de segurança que

---

<sup>8</sup> Trata-se de pesquisa logitudinal, de modo que os participantes do grupo focal realizado em 2020 também integraram o grupo focal em 2019.

<sup>9</sup> Informação concedida por Joana (nome ficcional) em grupo focal realizado pela Cátedra Maria Aparecida Baccega. São Paulo: 30 nov. 2020.

---

monitoram os acessos, as localizações e os usos que são feitos *on-line*, bloqueios que restringem determinados sites ou aplicativos, acesso a instâncias pagas e gratuitas, com “possibilidade de controlar e interferir” (SIBILIA, 2012, posição 2537), direcionando/interferindo/moldando assim caminhos, visões e ações dos sujeitos/usuários.

Ao usar mídias, o professor de matemática Sérgio disse que constantemente alerta seus estudantes sobre cuidados no consumo e à atenção que deve ser direcionada às fontes de informação. Mas as aulas remotas explicitaram práticas nocivas que vão além disso, práticas já comuns nas redes que antes se constituíam em episódios mais esporádicos de cyberbullying na escola: “A parte mais complicada dos encontros síncronos era o medo dos alunos serem expostos com a própria imagem: o colega fazer um *print* e virar uma figurinha de WhatsApp, do Facebook ou do Instagram” (informação verbal)<sup>10</sup>. Por isso, relata que a escola começou a implementar recursos de segurança, como acessos individuais aos aplicativos de videoconferência para os estudantes (antes entravam com o *login* dos pais), limitação de entrada às aulas apenas com o acesso concedido pela escola, aplicação de marca d'água sobre os vídeos, dentre outros.

Nas falas dos educadores, é perceptível que, em suas aulas, se preocupam – além da abordagem do conteúdo das disciplinas – com o desenvolvimento de uma consciência crítica de seus estudantes para que tenham a capacidade de filtrar informações, selecionar as mídias que consomem de maneira reflexiva e dos cuidados necessários diante da autoexposição. Entretanto, não é um conteúdo central, já que atuam mais diretamente com uma das quatro grandes áreas do conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>11</sup>.

Nas *surveys* realizadas pela Cátedra Maria Aparecida Baccega em 2019 e 2020, educadores apontaram que nem sempre passam por alguma formação ou recebem uma preparação para o uso crítico dos programas e aplicativos digitais disponibilizados pela escola ou mesmo para os recursos midiáticos que optam por usar com seus estudantes. Demonstrem-se vulneráveis no trato com os riscos derivados do uso indiscriminado dos dispositivos e das redes. Na *survey* realizada em 2019, verificou-se que “65% dos participantes da pesquisa já passaram por algum tipo de formação voltada à educação

---

<sup>10</sup> Informação concedida por Sérgio (nome ficcional) em grupo focal realizado pela Cátedra Maria Aparecida Baccega. São Paulo: 30 nov. 2020.

<sup>11</sup> Linguagens e suas Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (essa última apenas prevista no Ensino Médio).



mediática” (HOFF; SPINELLI; GENERALI, 2019c, p. 15), sendo que “os outros 35% que ainda não passaram por formação, reconhecem sua importância” (idem). Já na *survey* aplicada em 2020, um número maior de educadores disse ter passado por algum tipo de formação:

85% dos participantes da pesquisa já passaram por algum tipo de formação voltada à educação midiática. [...] O mais relevante a destacar é que em 2019, somente 3% dos respondentes disseram que a formação havia sido promovida pela escola em que atuam. Já em 2020, 38% apontaram que a formação foi promovida pela instituição devido à mudança para o ensino a distância durante a quarentena (HOFF; SPINELLI; GENERALI, 2020, p. 23).

A Organização Mundial da Saúde chama a atenção para o fato dessa pandemia ser a primeira na história em que:

a tecnologia e as mídias sociais estão sendo usadas em grande escala para manter as pessoas seguras, informadas, produtivas e conectadas. Ao mesmo tempo, a tecnologia em que contamos para nos mantermos conectados e informados está permitindo e ampliando uma infodemia que continua a minar a resposta global e comprometer as medidas de controle da pandemia. Uma infodemia é uma superabundância de informações, tanto *on-line* quanto *off-line*. Inclui tentativas deliberadas de disseminar informações erradas para minar a resposta da saúde pública e promover agendas alternativas de grupos ou indivíduos. Informações erradas e desinformação podem ser prejudiciais à saúde física e mental das pessoas; aumentar a estigmatização; ameaçar ganhos de saúde preciosos; e levam à falta de observância das medidas de saúde pública, reduzindo assim sua eficácia e colocando em risco a capacidade dos países de conter a pandemia. A desinformação custa vidas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020. Grifos nossos)<sup>12</sup>.

A infodemia, no entanto, é apenas uma das questões que as TICs – e TEs, como sinalizadas pela educadora Joana participante do grupo focal – mencionadas sobre a relação das redes, das tecnologias e das mídias sociais com os jovens e crianças confinados. A grande questão aqui diz respeito à mudança da escola para um regime remoto abriu espaço a debates presentes há anos nas escolas, que aparentavam uma sub-relevância: o consumo midiático pelos estudantes, sua participação nas mídias, o uso consciente dos dispositivos móveis e das redes, a proteção da própria imagem e das imagens dos colegas, o caminhar para o desenvolvimento de uma cidadania digital e, mais

---

<sup>12</sup> Tradução livre de: “Some modelling studies suggest that school re-opening might have a small effect on wider transmission in the community, but this is not well understood. Further studies are underway on the role of children in transmission in and outside of educational settings.”

---

amplamente, de uma educação midiática que, potencialmente, serão levados a outras instâncias de suas vidas, para além da escola.

O professor Sérgio, participante do grupo focal realizado em 2020, utilizou como referência o documentário *O dilema das redes* (2020)<sup>13</sup> para levar para seus estudantes depoimentos de profissionais e estudiosos sobre o poder e os controles envolvidos no consumo das redes sociais digitais. No referido documentário, a pesquisadora Shoshana Zuboff, uma das entrevistadas, traz à tona discussões sobre o “capitalismo de vigilância”, conceito que identifica a lógica de acumulação institucionalizada, relacionada aos agenciamentos de dados sobre indivíduos e seus habitats no intuito de conhecer, controlar e modificar comportamentos para produzir novas formas de mercantilização, monetização e controle (SHOSHANA, 2018). Entretanto, a educadora Joana (nome ficcional), que integrou o mesmo grupo focal, menciona que tais discussões não promovem uma mudança significativa de comportamento nos estudantes, conforme a percepção dos educadores. No grupo focal realizado em 2019, “uma professora chegou a comentar que ‘não faz sentido para eles essa coisa da privacidade’, especialmente ‘em uma sociedade em que a mãe (do aluno) já o expõe nas redes assim que nasce, ainda na sala de parto’” (HOFF; SPINELLI; GENERALI, 2019b, p. 4). E, em 2020, registramos um relato que não demonstra alterações nessa percepção:

O Sérgio quando falou do *Dilema das Redes*, para aproveitar e discutir isso, nesses momentos você consegue chamar a atenção. Mas eu não acredito que mude a consciência deles. O adulto tem uma dificuldade enorme de filtrar aquilo que ele consome, de perceber os rastros que ele deixa na internet, o que dirá desses meninos que estão em formação. Eu vejo que eles vão mais pela fruição do que essa ferramenta está trazendo do que por uma consciência crítica (Informação verbal)<sup>14</sup>.

A educadora Joana ainda acrescenta um relato pessoal de amigas que utilizam redes sociais com bastante frequência e interagem com seus recursos, gamificações e *quizzes* sem a reflexão acerca do que estaria implicado no uso desses recursos que – com ou sem a autorização do usuário – coletam, armazenam e usufruem de dados pessoais.

---

<sup>13</sup> Produção disponibilizada no catálogo Netflix.

<sup>14</sup> Informação concedida por Joana (nome ficcional) em grupo focal realizado pela Cátedra Maria Aparecida Baccega. São Paulo: 30 nov. 2020.

---

“Eu vejo aquilo e falo ‘gente, para de oferecer seus dados para as empresas! Deixa de ser produto, presta atenção!’” (informação verbal)<sup>15</sup>.

### **Considerações finais: Cidadania e futuro**

A partir das diversas possibilidades e recursos oferecidos pelas redes, sites, plataformas e aplicativos, durante a pandemia, os educadores comentam que os jovens criam estratégias de consumo para estar juntos, para “cabular” aula e enganar professores. Descobertas que permitem transgredir os usos propostos pela escola. Trazem ainda relatos sinalizados como positivos: “eles perguntam o aplicativo que eu uso para escrever, que eles querem usar para se organizar, onde que eu pesquiso, onde eu vou atrás, que fontes são confiáveis para eu ler” (informação verbal)<sup>16</sup>. Mas também acreditam que, ao sair da aula, os estudantes não seguem conselhos e não lançam mão da aprendizagem promovida pela escola a fim de exercer uma consciência crítica a fim de garantir filtros ao consumo.

Assim, lemos as redes, a internet, os dispositivos, dentre outros aparatos, num cenário em que diferentes forças atuam sobre seus usos e biopolíticas, pois, no contexto da escola e do consumo midiático, professor e aluno são vidas quantificáveis.

Com efeito, nem os computadores nem a internet nem os telefones celulares são recursos “neutros”, como se costuma dizer, cuja eficácia dependeria da utilização que lhes é dada. Ao contrário, como ocorre com todas as máquinas, essas não são boas nem más, porém tampouco se pode supor que sejam neutras. Carregam consigo uma série de valores e modos de uso que estão implícitos, por mais que sempre exista certo grau de flexibilidade, agenciamento, experimentação e apropriação por parte de seus usuários, mas isso não significa que não possuam sua própria materialidade e sua marca bastante característica (SIBILIA, 2012, posição 2438-2444).

Ao propor – para não dizermos *impor* – a utilização de recursos digitais para o ensino remoto, passa a ser papel das escolas garantir a segurança de seus estudantes. Pensando em instituições privadas, como as dos educadores que participaram dos grupos focais supramencionados, devemos lembrar ainda que essas estão submetidas a regulações de mercado e interesses das famílias, que pagam mensalidade. E faz parte do

---

<sup>15</sup> Informação concedida por Joana (nome ficcional) em grupo focal realizado pela Cátedra Maria Aparecida Baccega. São Paulo: 30 nov. 2020.

<sup>16</sup> Informação concedida por Sérgio (nome ficcional) em grupo focal realizado pela Cátedra Maria Aparecida Baccega. São Paulo: 30 nov. 2020.

desenvolvimento da cidadania que os estudantes desenvolvam a capacidade de entenderem-se inseridos em um mundo com essas regulações. Mais do que isso, devem perceber que estão inseridos e desenvolver estratégias para refletir e agir criticamente, atuando como cidadãos. Para García Canclini (2015, p. 29). “as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e formas de exercer a cidadania”.

Anos depois, na obra *Ciudadanos reemplazados por algoritmos* o autor avança seu entendimento sobre a cidadania, levando em conta um mundo muito mais globalizado e conectado:

Embora a cidadania estivesse associada à capacidade de se apropriar de bens e às formas como eram utilizados, pressupunha-se que essas diferenças poderiam ser mitigadas pelo exercício de direitos que se especificavam pelo voto, por se sentirem representados por um partido político ou sindicato. Junto com o colapso da política, outros modos de participação ganham força. Percebemos que as questões de muitos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso descobrir quem representa os meus interesses – são respondidas mais no consumo privado de bens e nos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas de democracia ou na participação coletiva em espaços públicos (CANCLINI, 2020, p. 85)<sup>17</sup>.

Retomando a escola como uma agência que colabora para a formação de cidadãos, sendo ela também um espaço que teve suas atividades diretamente afetadas/modificadas em decorrência da pandemia, chamamos a atenção para a necessidade de sua renovação – e não apenas modificação forçada para o digital. Levamos em conta o que firma Dunker (2017) sobre os rumos que a educação vinha sinalizando mesmo antes da pandemia, nela reforçados pelas estratégias de educadores para que seus estudantes abrissem as câmeras e se mantivessem atentos nas aulas *on-line*:

A última característica da educação para a pós-verdade é que esta privilegia a forma ao conteúdo, o método e as técnicas acima de qualquer substância. Apostilas e livros didáticos, Wikipédia e youtubers tornam o trabalho cognitivo uma coleta de dados ou uma compilação de administradores de saberes (DUNKER, 2017, p. 20).

---

<sup>17</sup> Tradução livre de: “Pese a que la ciudadanía estuvo asociada a la capacidad de apropiarse de los bienes y a los modos de usarlos, se suponía que esas diferencias podían atenuarse al ejercer derechos que se concretaban al votar, al sentirse representado por un partido político o un sindicato. Junto con la descomposición de la política, otros modos de participación ganan fuerza. Percibimos que muchas preguntas propias de los ciudadanos –a dónde pertenezco y qué derechos me da, cómo puedo informarme, quién representa mis intereses– se contestan más en el consumo privado de bienes y de los medios masivos que en las reglas abstractas de la democracia o en la participación colectiva en espacios públicos.”

Para o autor, a manutenção de uma sociedade da pós-verdade demanda a espetacularização da vida e o ensaio dela ocorreria dentro das salas de aula. Estamos alinhados com Costin (2020, p. 9) quando a autora sugere a necessidade de evolução para “um ensino que demanda não só conhecimentos sobre computadores e aplicativos, como trabalho colaborativo entre pares”.

Ao abordarmos a biopolítica na interface comunicação/educação, levamos em conta muitas variáveis que se manifestam no cotidiano de educadores e estudantes, agravadas pelo distanciamento imposto pela pandemia, o que desestabilizou ainda mais as instituições de ensino, questionadas há longo tempo. Refletimos ainda, conforme coloca Sibilia (2012, posição 170), sobre o papel da escola de treinar “homens do futuro”, a partir de “um contexto novo do ponto de vista das relações entre poder e subjetividade” (PELBART, p. 5), no qual poder e subjetividade se desenvolvem na virtualidade, promovendo novas formas de sociabilidade, assim como de conexão e desconexão, o que coloca em pauta um futuro bastante indefinido devido às muitas possibilidades que o presente sugere (BERARDI, 2019).

Finalizamos o presente artigo sem respostas ou certezas, mas com questionamentos, assim como o iniciamos. Considerando uma visão elástica do conceito de cidadania, em “um tempo em que a empresa, os governos, a mídia, a educação, a cultura, o consumo, o jovem, o motorista, se propõem a serem cidadãos” (COGO, 2010, p. 87) – o que modifica por completo o conceito de inclusão e exclusão quanto ao *ser cidadão* – quais são os caminhos possíveis às escolas? Elas permanecem como agências primordiais para o desenvolvimento de cidadãos? Quanto as mídias, redes, aplicativos e dispositivos influenciam/impactam/definem ser cidadão na sociedade contemporânea? E quanto à autonomia e liberdade dos sujeitos para o exercício da cidadania?

## REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. CAMPO COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO: mediador do processo de recepção. CASTRO, Gisela Grangeiro da Silva; TONDATO, Marcia Perencin (orgs.). **Caleidoscópio midiático: o consumo pelo prisma da comunicação**. São Paulo: ESPM, 2009a, p. 31-45. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10974173-Caleidoscopio-midiatico.html>. Acesso em 12 fev. 2021.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Revista Comunicação & Educação**, v. 14, n. 3, p. 19-28. São Paulo: 2009b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579/47201>. Acesso em 13 out. 2018.

---

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu, 2019. ePub.

CASTELLS, Manuel. **Escola e internet**: o mundo da aprendizagem dos jovens. Vídeo (4 min. 8 seg.) publicado pelo canal Fronteiras do Pensamento, 12 jan. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=J4UUM2E\\_yFo&t=69s](https://www.youtube.com/watch?v=J4UUM2E_yFo&t=69s). Acesso em: 02 jun. 2021.

COGO, Denise. A comunicação cidadã sob o enfoque transnacional. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 33, n.1, p. 81-103, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/148>. Acesso em: 17 jul. 2019.

COSTIN, Claudia. Desafios da Educação no Brasil após a COVID19. In: COSTIN, Claudia et al. **A escola na pandemia**: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus [livro eletrônico]. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2020. Disponível em: <http://www.unisinos.br/institutoinovacao/wp-content/uploads/2020/09/ebook-a-escola-na-pandemia-com.pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: Dunker et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinenses, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara: CALAS, 2020.

HOFF, Tânia Marcia Cezar; SPINELLI, Egle Müller; GENERALI, Sabrina Cancoro. Primeira Síntese de Resultado de Pesquisa – grupo focal com professores do Ensino Básico: Como se dá o consumo de mídia pelos professores? Relatório - Grupo Focal com Professores Escola Básica: educação e consumo de mídia. São Paulo: 2019a. Disponível em: [https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/1a\\_Sintese\\_Consumo-de-Mi%CC%81dia-pelos-Professores.pdf](https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/1a_Sintese_Consumo-de-Mi%CC%81dia-pelos-Professores.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

HOFF, Tânia Marcia Cezar; SPINELLI, Egle Müller; GENERALI, Sabrina Cancoro. Terceira Síntese de Resultado de Pesquisa – grupo focal com professores do Ensino Básico: Há consciência crítica no consumo de mídia pelos alunos? Relatório - Grupo Focal com Professores Escola Básica: educação e consumo de mídia. São Paulo: 2019b. Disponível em: [https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/3a\\_Sintese\\_Ha%CC%81-conscie%CC%82ncia-cri%CC%81tica-do-uso-da-mi%CC%81dia-pelos-alunos\\_.pdf](https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/3a_Sintese_Ha%CC%81-conscie%CC%82ncia-cri%CC%81tica-do-uso-da-mi%CC%81dia-pelos-alunos_.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

HOFF, Tânia Marcia Cezar; SPINELLI, Egle Müller; GENERALI, Sabrina Cancoro. Survey com educadores Educação Básica. São Paulo: 2019c. Disponível em: [https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/ppt\\_catedra\\_survey\\_2019\\_v3.pdf](https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/ppt_catedra_survey_2019_v3.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

HOFF, Tânia Marcia Cezar; SPINELLI, Egle Müller; GENERALI, Sabrina Cancoro. Survey com educadores da Educação Básica 2020. São Paulo: 2020. Disponível em:

---

<https://catedrabacega.espm.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-survey-2020.pdf>.

Acesso em: 12 jun. 2021.

NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo**: entre Spinoza e a Constituição política do presente. São Paulo: Iluminuras, 2015.

PAIVA, R.; CASTRO, G. G. S.; OLIVEIRA, A. L. Cidades na Pandemia - São Paulo e Rio de Janeiro: comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 14, n. 4, p. 832-42. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2139/2399>. Acesso em 11 jun. 2021.

PELBART, Peter Pál. Mutações contemporâneas. **Revista Cinética. Estéticas da Biopolítica**. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/peter\\_pal.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/peter_pal.htm). Acesso em 10 jun. 2021.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Kindle Edition.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Social media platforms and education. In: BURGESS, J. et al. **The SAGE Handbook of Social Media**. London: SAGE Publishing, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Managing the COVID-19 infodemic**: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation, set. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>. Acesso em: 3 abr. 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **Big other**: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et.al. (Orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.